

# **"COLCHA DE RETALHOS - A UNIÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL - 847/02**

## **1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.**

Os objetivos são:

- Promover a participação democrática da sociedade na discussão e elaboração de políticas públicas;
- Contribuir para a organização dos diferentes segmentos sociais excluídos, tendo a solidariedade e a cooperação como princípios básicos;
- Discutir e encaminhar propostas em defesa dos direitos humanos na cidade e região;
- Manter um fórum permanente de defesa dos direitos humanos, voltado para o debate e a mobilização em torno destas questões.

As principais metas são:

- Editar livro sobre a situação dos direitos humanos em Santos;
- Mobilizar as diversas organizações governamentais e não-governamentais da cidade, visando a concretização das cerca de 600 propostas aprovadas na I Conferência Municipal de Direitos Humanos, que se constituíram no Plano de Direitos Humanos de Santos;
- Organizar a II Conferência Municipal de Direitos Humanos;
- Regionalizar as ações em defesa dos direitos humanos, por meio de intercâmbio com as demais cidades da região ( São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande e Bertioga), considerando-se a característica metropolitana da Baixada Santista;
- Incentivar a produção artística voltada para os Direitos Humanos e a Cidadania.
- Editar cartilha escolar sobre Direitos Humanos e Cidadania

## **2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática, e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.**

A iniciativa envolve diversas etapas. A primeira delas foi a de aprofundar a discussão sobre os Direitos Humanos na cidade de Santos, levantando propostas para a elaboração do Plano Municipal de Direitos Humanos. No período de 14 de fevereiro a 18 de setembro de 2001, a Comissão Especial de Vereadores de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, da Câmara Municipal de Santos, promoveu 23 audiências públicas com essa finalidade.

Nesses encontros, convidados proferiram palestras sobre os temas abordados, estimulando e oferecendo subsídios para a definição das propostas. As discussões foram precedidas de apresentações culturais, que envolveram poetas, músicos, artistas plásticos, fotógrafos, profissionais de teatro e grupos de dança. Para permitir o aprofundamento das questões e facilitar o encaminhamento das sugestões do público, foi feita uma extensa pesquisa em várias publicações que tratavam da cidadania e dos direitos humanos, produzidas pelos Poderes Executivo e Legislativo de outras cidades e por organizações não-governamentais de todo o país.

Órgãos públicos e diferentes setores da sociedade civil foram se integrando ao esforço de traçar um diagnóstico da situação dos direitos humanos na cidade e apresentar alternativas para a solução dos problemas nessa área.

A segunda etapa consistiu na realização da I Conferência Municipal de Direitos Humanos, nos dias 7 e 8 de novembro, no Teatro do Sesc. No primeiro dia, os participantes foram divididos em cinco grupos temáticos e votaram as propostas do Plano de Direitos

Humanos. À noite, houve a solenidade de abertura, com a presença de mais de 800 pessoas, incluindo autoridades federais e estaduais. Já na solenidade de encerramento, foi feita a entrega de diplomas e prestada homenagem a pessoas e entidades que se destacaram nas audiências públicas. Nas duas cerimônias, ocorreram performances e apresentações de teatro, música e poesia.

Um imenso painel feito de retalhos de pano, onde cada entidade participante pôde expressar sua visão sobre Direitos Humanos, ficou em exposição no centro do palco. A colcha tornou-se uma bandeira do projeto e símbolo do compromisso das organizações que colaboraram para o êxito da Conferência.

A partir de fevereiro deste ano, deu-se início à terceira etapa, com a constituição de um fórum permanente de Direitos Humanos, integrado por representantes do Poder Público e de entidades civis. Este fórum reúne-se mensalmente na Câmara Municipal, sob a coordenação da Comissão de Direitos Humanos.

A partir da consolidação do fórum no município, as etapas seguintes incluem a regionalização da discussão sobre os direitos humanos, com o envolvimento das demais cidades da região; o desenvolvimento de trabalho específico na rede escolar; a edição de publicações especializadas e o incentivo à produção artística com temática voltada para a Cidadania e os Direitos Humanos.

**3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.**

Não. Trata-se de uma ação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, com o apoio de outras instituições.

**4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?**

Por se tratar de um tema abrangente, estão envolvidos diversos segmentos sociais, especialmente os portadores de HIV/Aids; idosos; mulheres; população carcerária; crianças e adolescentes em situação de risco; negros; portadores de distúrbios mentais; portadores de Hepatite C; portadores de necessidades especiais; profissionais do sexo; homossexuais e moradores de rua.

Devido à natureza da ação, torna-se complicado determinar número de beneficiários. Todas as pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente nas discussões e atividades poderão ser beneficiadas. Esses benefícios vão desde a conscientização da população sobre o respeito às diferenças sociais até a execução de medidas governamentais e de projetos legislativos baseadas no Plano de Direitos Humanos.

Baseando-se na parcela da população excluída do município, chega-se a cerca de 100 mil pessoas. Considerando-se exclusivamente a participação nos encontros do Fórum Permanente de Direitos Humanos, esse número alcança aproximadamente 60 pessoas por mês, a grande maioria representantes de entidades. O Fórum possui regimento próprio e suas reuniões são abertas ao público, mas o direito de voto é restrito a um representante por entidade.

**5. Qual o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recurso financeiro (locais, estaduais, federais, privadas)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal**

**etc.) a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?**

Não há qualquer previsão orçamentária ou fontes de recurso. A Comissão de Vereadores não possui verba para essa finalidade. Eventuais gastos com transporte e hospedagem de palestrantes; impressão de material de divulgação e fotocópias são bancados pelas entidades que participam, utilizando-se sua estrutura própria.

**6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?**

Um grupo de cerca de vinte pessoas, entre vereadores, assessores parlamentares e representantes do Poder Público e da sociedade civil atua diretamente, ajudando na organização, mobilização e execução das atividades. A direção está a cargo da Comissão de Direitos Humanos, formada pelos vereadores Suely Morgado (presidente); Fábio Nunes e Augusto Zago. A coordenação geral é do jornalista Helder Marques, assessor parlamentar da vereadora Suely Morgado.

**7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.**

Destacamos a seguir as principais organizações envolvidas, sendo que algumas delas passaram a desenvolver ações conjuntas a partir do contato mantido nas reuniões do Fórum de Direitos Humanos. Tendo como referência as decisões do Fórum, as entidades promovem iniciativas individuais que complementam o trabalho de outras organizações ou se integram ao empreendimento coletivo;

Câmara Municipal de Santos ( Comissão Especial de Vereadores de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos) - Planejamento, organização, mobilização, execução e acompanhamento

Prefeitura Municipal de Santos - Divulgação e palestrante

Sesc/Santos - Divulgação, hospedagem e cessão de auditório e teatro

CUT Baixada Santista - Divulgação e impressão de cartilha de Direitos Humanos

Sindicato dos Bancários - Impressão de cartilha de Direitos Humanos

Sindicato dos Servidores - Xerox, transporte e mobilização dos servidores públicos municipais

Associação Profilar - Mobilização dos portadores de HIV/Aids

OAB/Santos - Assessoria jurídica

Universidade Católica de Santos- cessão de auditórios (Faculdades de Serviço Social e Direito); mobilização de alunos; trabalho extra-curricular do curso de pós-graduação em Direito e palestrantes

Universidade Santa Cecília- cessão de auditório e mobilização de alunos

Universidade Monte Serrat - cessão de auditório e mobilização de alunos

Centro Universitário Lusiada - cessão de auditório e mobilização de alunos

Associação Libertária da Infância e da Adolescência - palestrante e mobilização de crianças e adolescentes em situação de risco

Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua - mobilização de crianças e adolescentes em situação de risco

Igreja Sagrado Coração de Jesus - cessão de auditório e mobilização de fiéis

Orgone Grupo de Arte - apresentação teatral

Cia. Retratos de Arte - apresentação poética

Grupo Biruta - apresentação teatral

Casa de Cultura da Mulher Negra - Palestrante e mobilização da comunidade negra e do movimento de mulheres  
Troupe Tralha Médica - apresentação teatral  
Escola de Educação Especial Carmelita Proost Villaga - Apresentação cultural e mobilização de crianças com necessidades especiais  
Associação Sanitista de Pesquisa, Prevenção e Educação em DST/Aids - Palestrante e mobilização de grupos homossexuais e de profissionais do sexo  
Faculdade de Turismo (Unimonte) - Apresentação teatral  
Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa - Palestrante (deputado estadual Renato Simões)  
Gabinete da deputada estadual Maria Lúcia Prandi - Divulgação e palestrante  
Laboratório de Estudos da Criança, da USP - Palestrante  
Núcleo de Estudos da Violência, da USP - Palestrante  
Galedés Instituto da Mulher Negra - Palestrante  
Conselho Municipal do Idoso - Mobilização entre os idosos  
Clubes Soroptimistas - Mobilização entre os idosos e mulheres  
Grupo Esperança - Encaminhamento de propostas e mobilização de portadores de Hepatite C  
Grupo Temetal - Apresentação teatral

**8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).**

O público-alvo e demais representantes da comunidade podem participar das audiências públicas mensais do Fórum de Direitos Humanos, fazendo suas críticas e sugestões. O espaço também é aberto às manifestações dos artistas e pode ser utilizado por profissionais da área para expor estudos e avaliações de temas relativos aos Direitos Humanos e Cidadania. A Comissão de Vereadores também recebe propostas para projetos de lei encaminhados pelos segmentos sociais excluídos.

**9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Quais?**

A inspiração veio devido à demanda pontual que era atendida pela Comissão de Direitos Humanos, de 1997 a 2000. Ficou evidente a necessidade de a CEV desenvolver um trabalho mais aprofundado e prolongado nessa área, que contemplasse a elaboração de um Plano Municipal de Direitos Humanos e a posterior formação de um Fórum de Direitos Humanos.

**10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática?**

-Mobilização da sociedade para a discussão dos Direitos Humanos, através de audiências públicas  
-Realização da I Conferência Municipal de Direitos Humanos  
-Elaboração de cartilha com o Plano Municipal de Direitos Humanos  
-Instalação do Fórum Permanente de Direitos Humanos  
Não ocorreram mudanças significativas no projeto original.

**11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?**

Ausência de recursos financeiros para ampliação das atividades;

Para enfrentar esse obstáculo, estabelecemos parcerias com órgãos públicos, ONGs e universidades e utilizamos recursos humanos e materiais próprios

Dificuldades na divulgação das atividades pela imprensa

Envio constante de releases para os órgãos de comunicação na região tem sido a forma utilizada para tornar mais freqüente a abordagem de questões ligadas aos direitos humanos na imprensa. O enfoque das matérias enviadas procura também derrubar preconceitos contra os militantes de Direitos Humanos, que, via de regra, são tratados pela imprensa como "defensores de bandidos".

**12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.**

A avaliação é mensal e é realizada durante as reuniões do Fórum. O sucesso do trabalho pode ser medido pela adesão de novas entidades a cada encontro de Direitos Humanos e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido em Santos pela última Conferência Estadual dos Direitos Humanos (São Paulo) e pelo Encontro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (Rio de Janeiro).

Entre os principais resultados dessa ação, podemos apontar:

A transformação em lei dos projetos que criam o Selo Amigo do Idoso, o serviço telefônico Disque-Violência e o Programa de Prevenção e Atenção à Anemia Falcoforme;

A apresentação de projeto de lei que prevê cota de artistas e modelos negros em peças publicitárias da Prefeitura de Santos;

Publicação de cartilha com as propostas do Plano de Direitos Humanos de Santos; A formação de um núcleo contra a tortura;

A instalação de Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara de Cubatão.

**13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma, aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?**  
A aprovação do Plano Municipal de Direitos Humanos.

**14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.**

-Pela primeira vez na história do Legislativo santista foram discutidas questões como a prostituição e o direito à orientação sexual.

-Também numa iniciativa inédita, profissionais do sexo e moradores de rua discutiram seus problemas nas dependências da Câmara.

-A introdução de apresentações culturais em todas as audiências públicas de Direitos Humanos é outra novidade na Câmara de Santos

**15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?**

Avalio que o levantamento das necessidades e a mobilização permanente para conseguir a implementação das políticas públicas apontadas no Plano de Direitos Humanos são de inquestionável valor para a melhoria da qualidade de vida da população. A maioria das propostas procura beneficiar os setores mais marginalizados pela sociedade.

**16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui os aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados, inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).**

A atuação das entidades que lutam contra a exclusão passou a ter maior visibilidade com as audiências públicas e com as reuniões do Fórum.

A exposição de especialistas e o intercâmbio de informações sobre as questões ligadas aos Direitos Humanos e à Cidadania têm ajudado na reflexão e conscientização da comunidade, especialmente entre jovens estudantes.

A necessidade de políticas afirmativas para enfrentar as desigualdades sociais e o preconceito tem sido enfatizada em todos os eventos da Comissão de Vereadores, contribuindo para o engajamento dos segmentos excluídos nessa luta.

**17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela primeira vez?**  
Nunca participamos do programa.

**18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?**

A falta de recursos para a concretização de projetos destinados a promover a cidadania e a defesa dos direitos humanos no município.